

Bibliometria e arqueologia do saber de Michel Foucault – traços de identidade teórico-metodológica

Lídia Alvarenga

INTRODUÇÃO

Os campos disciplinares se formam e evoluem, a partir dos avanços da pesquisa especializada e a literatura decorrente desse processo se constitui no componente fundamental da materialização do conhecimento.

A ciência da informação, que inclui entre seus objetos de estudo a literatura técnico – científica preservada nas bibliotecas e sistemas de informações, vem desenvolvendo análises bibliométricas e cientométricas cujos resultados se revertem no conhecimento das mais variadas vertentes do saber. Por sua vez, a arqueologia do saber, tal como proposta por Michel Foucault, em 1961, constitui-se em um instrumental teórico para se estudar as formações discursivas, ou seja, campos de conhecimento.

Este trabalho tem por objetivos: a) ressaltar as relações entre a arqueologia do saber e a bibliometria; b) mostrar a viabilidade de serem os estudos bibliométricos instrumentos válidos para o desenvolvimento de algumas vertentes de trabalhos arqueológicos e epistemológicos; c) constituir-se em fundamento teórico metodológico para segmentos de pesquisas que tenham por meta superar os limites da bibliometria como instrumental meramente quantitativo, mostrando-se a possibilidade de incorporação de novas categorias de análise aos estudos desenvolvidos a partir da literatura especializada.

Em direção a tais metas, partiu-se dos seguintes pressupostos:

1) a bibliometria e a arqueologia do saber são disciplinas que têm como objeto comum os discursos formadores de um campo de conhecimento;

2) a literatura que forma uma área de conhecimento é polifônica, dispersa, descontínua, intertextual e dependente de estratégias persuasivas e pragmáticas, estas estreitamente dependentes das posições de poder ocupadas por seus produtores.

3) o processo de produção de conhecimento depende de estratégias persuasivas e pragmáticas decorrentes das aspirações de poder e interesse inerentes ao comportamento dos autores;

4) os estudos bibliométricos, caracterizando-se especialmente por sua base empírica, são passíveis de fornecer subsídios concretos e sistematizados para estudos arqueológicos, evidenciando entre ambos os campos uma relação de complementaridade.

ESTUDOS BIBLIOMÉTRICOS E ALGUNS OBSTÁCULOS EPISTEMOLÓGICOS

A bibliometria, ramo da ciência da informação, embora não restrinja seu universo de pesquisa aos domínios da produção científica convencional, costuma priorizar esse tipo de literatura como objeto.

Resumo

O artigo tem por objetivo levantar e discutir as relações entre a arqueologia do saber de Michel Foucault e a bibliometria. Propõe categorias de análise comuns entre ambas as áreas. Reflete sobre temas de interesse comum entre as duas disciplinas, tais como intertextualidade, citações, pragmática, categorização dos discursos. Apresenta possibilidades de superação de limites teórico-epistemológicos da bibliometria, tais como o problema da dificuldade de se aferir a “cientificidade” dos discursos selecionados para os estudos bibliométricos, assim como a incorporação de categorias que permitam superar as tendências de reificação identificadas nas pesquisas da ciência da informação.

Palavras-chave

Bibliometria; Arqueologia do saber; Citações; Análise do discurso; Pragmática; Intertextualidade; Polifonia; Ciência da informação; Michel Foucault; Epistemologia.

Os fundamentos teóricos discutidos neste artigo poderiam contribuir para a resolução de um problema que se apresenta nas pesquisas em ciência da informação e que se constitui na dificuldade de extrapolação do campo restrito dos documentos ditos científicos, possibilitando visões mais abrangentes dos campos de conhecimento e ensejando novas possibilidades de análises de discursos oriundos de instâncias diversas, não somente das restritas à ciência normal.

Elementos textuais, paratextuais e contextuais referentes a monografias e artigos de periódicos se constituem em variáveis comumente abordadas nos estudos bibliométricos. Os resultados alcançados refletem aspectos quantitativos de campos de conhecimento, evidenciando ângulos, tais como produtividade de autores ou de fontes discursivas, os autores que constituem as frentes de pesquisa em determinado campo de conhecimento e constatações de regularidades que podem fazer emergir fatos históricos, no processo de evolução de uma disciplina. Nesse sentido, o potencial de dados gerados pela bibliometria se apresenta como insumos valiosos para o desenvolvimento de estudos arqueológicos e epistemológicos regionais, ou seja, dos campos específicos do saber.

Por outro lado, a fundamentação teórica de estudos bibliométricos, assim como a interpretação dos seus resultados, à luz de instrumental metodológico e princípios oriundos da arqueologia do saber, poderiam possibilitar uma visão mais ampla dos diversos enfoques e segmentos intervenientes na estrutura do universo cognitivo, colocando em evidência categorias históricas e qualitativas passíveis de refletir essa realidade, de forma mais completa, ressaltando fatores específicos e essenciais inerentes ao conhecimento, em todas as suas variadas instâncias.

Por privilegiar os discursos publicados, os resultados de estudos bibliométricos no que tange especialmente à quantificação da literatura publicada e ao mapeamento da rede de relações estabelecida entre autores e textos, por meio das citações, podem se constituir em insumos empíricos da maior importância para que se evidenciem ângulos

peculiares do processo de produção de conhecimentos, ensejando o desenvolvimento de posteriores análises de natureza qualitativa.

Existem muitas tentativas e maneiras de se abordar os problemas que circunscrevem o campo teórico da biblioteconomia e ciência da informação, quando se trata de extrapolar os enfoques quantitativos e positivistas. Não se restringem a essas disciplinas as críticas oriundas das correntes epistemológicas contemporâneas, que denunciam a reificação como característica marcante dos estudos nos quais se verifica o privilégio do dado sobre todas as possíveis relações deste com outros fatores contextuais e históricos, não menos importantes. A ênfase nos métodos quantitativos, embora tendência marcante, não é restrita aos referidos campos, mas identificada em diferentes ramos da ciência.

Price (*apud* Sengupta, 1992) afirma que, embora o principal objetivo da bibliometria ou cientometria seja fazer análise matemática da ciência, dentro de um conceito empiricista de pesquisa, a compreensão e os padrões de coerência da produção científica da área deveriam ser decorrentes de abordagens multidisciplinares, com a participação de historiadores, sociólogos e psicólogos da ciência, para que se viabilizassem outros tipos de análises, não apenas fundamentadas ou passíveis de expressão em termos métricos.

De acordo com Michel Harris, pesquisador norte-americano, a pesquisa em ciência da informação, mais especificamente a pesquisa em biblioteconomia, está sendo calcada em princípios que poderiam ser identificados como “postulados do pluralismo e positivismo”. Em pesquisa realizada, Harris constatou que o positivismo se constitui na corrente teórica dominante em seu país, postura identificada pelo autor por meio da metáfora: “a dream of a physics of librarianship” (*apud* Bushman, 1991).

A título de exemplo de tentativa de avanços nas abordagens da pesquisa em ciência da informação podem ser citados inúmeros trabalhos, como, por exemplo, o de Bushman que considera a natureza dos sistemas de informa-

ção documental e da educação como intrinsecamente relacionados, relembrando o elo fundamental existente entre bibliotecas e escolas, ambas instituições educativas em nossa cultura.

Na tentativa de superar o padrão vigente das análises quantitativas, Bushman destaca a Nova Sociologia da Educação, (NSE), tendência teórica da área da educação que procura interpretar o complexo “educação, conhecimento, ensino e aprendizado”, a partir do contexto de poder, raça, classe e gênero, como uma fonte de recursos teóricos passíveis de utilização pela ciência da informação. (Bushman, 1991).

Cumpram também ressaltar que as críticas à bibliometria não se restringem à sua abordagem quantitativa, mas estendem-se às suas vinculações com possíveis tendências de pesquisas consideradas legitimadoras de ideologias dominantes, em que se absolutizam meios em detrimento dos fins. Outros pontos críticos podem ainda ser identificados, destacando-se os que se referem ao uso dos resultados de pesquisas bibliométricas, na avaliação da produção acadêmica na universidade ou em outros centros de pesquisa.

O PENSAMENTO FOUCAULTIANO E A PESQUISA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O pensamento de Michel Foucault oferece aportes teóricos consistentes, para se estudar campos disciplinares.

Possibilitando uma visão mais ampla da realidade evidenciada pelos dados empiricamente levantados pela bibliometria, as categorias foucaultianas podem ser tomadas como fundamentos e contrapontos, viabilizando seja um embasamento sólido dos estudos, assim como uma abordagem dialógica, entre “dado” e “não-dado”, fazendo emergir aquilo que fica oculto e indeterminado pelos resultados dos estudos bibliométricos, à luz dos componentes históricos e contextuais.

Nesse sentido, alguns autores ressaltam a importância do pensamento de Foucault, em suas interfaces metodológicas com a ciência da informação:

Pierce (1992) reflete sobre o corpo teórico com que se definem as tradições intelectuais de um campo de conhecimento e apresenta uma relação de possíveis autores clássicos relevantes da ciência da informação, tentando identificar nesse campo a síndrome dos “dead germans”, metáfora atribuída aos referenciais teóricos clássicos da sociologia*.

Relatando os resultados de uma pesquisa sobre os possíveis “dead germans” da ciência da informação, o autor enumera os autores emergentes da sua pesquisa, entre os quais se inclui Michel Foucault, com o livro que define as bases da arqueologia do saber, ao lado de autores relevantes para a área, como Solla Price, Jesse Shera e outros.

Radford (1992), ao identificar uma estreita relação entre a orientação positivista e a pesquisa na biblioteconomia e na ciência da informação, em um esforço de crítica e de superação dessa tendência no processo de produção de conhecimento da área retoma o pensamento de Michel Foucault, no que se refere aos conceitos de ciência, conhecimento científico, verdade e objetividade.

Segundo Radford, de acordo com Foucault, o conhecimento científico estaria primariamente estruturado pelos limites do que é possível dizer, em um dado ponto histórico, a respeito de um sistema particular de discurso. Objetividade e verdade equiparar-se-iam a *locus* de luta entre sistemas competitivos de discursos. O conhecimento científico repousaria sobre um suporte institucional, sendo reforçado e acompanhado por outros estratos e práticas sociais, tais como a política, pedagogia, o sistema de comunicação do conhecimento, incluindo os sistemas de editoração e bibliotecas. Nesse contexto, ainda segundo o autor, a biblioteca seria vista como uma instituição para arranjar textos, estabelecendo-se como um componente da legitimação de uma ordem particular do discurso.

O fato de ser o discurso científico preciso e previamente definido leva ainda Foucault a ressaltar que essa precisão representaria um mecanismo de controle, afirmando que “em cada sociedade a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída de acordo com certos procedimentos” (Foucault, *apud* Radford, 1992, p.417).

É importante que o pesquisador, ao desenvolver uma pesquisa bibliométrica a partir de literatura caracterizada como formadora de um campo de conhecimento, tenha antes de tudo a consciência de que a construção do conhecimento deve ser vista como um processo evado de interesses pessoais e subjetividade, devido aos imperativos que governam a conduta social implícita na construção não somente da ciência, mas dos saberes em geral.

No contexto das reflexões expressas no presente trabalho, foram ressaltadas do pensamento de Foucault as seguintes contribuições: a) a suspensão da categoria epistemológica de “*cientificidade*”, que tradicionalmente se utiliza para estudar os discursos formadores de uma área específica de conhecimento; b) a especificação dos elementos envolvidos na “*formação de objetos*” de um campo discursivo; c) a adoção dos conceitos de intertextualidade e dispersão, como características inerentes às formações discursivas; d) a constatação, nas práticas discursivas, de um imperativo pragmático que determina a existência de sistemas de exclusão, dos quais decorre o poder de que se investem os autores, no processo de produção de conhecimentos.

As formações discursivas e o dilema “ciência ou saber?”

A caracterização de um conjunto de discurso pertinente a uma vertente específica do saber, vista por Foucault como uma “*formação discursiva*”, é reconhecida e amplamente aceita por estudiosos da área da análise do discurso e acha-se extensamente trabalhada no livro do referido autor.

A arqueologia do saber é definida como “*análise das formações discursivas ao nível da positividade que as caracteriza*” (Dias, 1989), tendo como objetivo pesquisar sobre as regras de formação dos objetos do discurso de uma área específica do conhecimento.

Em arqueologia do saber (1969), Foucault tem como objetivo sistematizar as obras anteriores (Foucault, 1978, 1980, 1992)*, nas quais ele utiliza, com nuances diferentes, o método de análise arqueológica dos discursos em campos específicos de conhecimento, como a medicina, a loucura, e as ciências humanas (economia, biologia e linguagem). Nessa obra, Foucault busca explicitar um método de análise histórica que considere o discurso como *saber*, e não como *ciência*.

Incluindo os saberes como parte do campo de abrangência dos estudos que ele chama de *arqueológicos*, o pensamento de Foucault pode oferecer importantes aportes para a concepção geral dos estudos bibliométricos, seja para a interpretação dos resultados de estudos dessa natureza, ou para a filosofia a ser adotada no processo de seleção e classificação de seu material empírico (grupo de monografias, artigos de periódicos etc.).

Segundo Foucault, torna-se necessária a distinção entre os *domínios científicos* e os *territórios arqueológicos*, cujos recortes e princípios de organização são completamente diferentes. De acordo com os preceitos epistemológicos, somente pertenceriam a um domínio de cientificidade as proposições que obedecessem a certas leis de construção, entretanto:

* Foucault, Michel *Les mots et les choses: une archéologie des Sciences Humaines*. Paris : Gallimard, 1966. Tradução brasileira de Salma Tannus Muchail, 6ed. São Paulo : Martins Fontes, 1992; ——. *Naissance de la clinique: une archéologie du regard médical*. Paris : P.U.F., 1963. Tradução brasileira de Roberto Machado: *O Nascimento da Clínica*, 2ed. Rio ; Forense Universitária, 1980; ——. *Folie et Déraison: histoire de la folie à l' âge classique*. Paris : Plon, 1961. 2ed. Gallimard, 1972. Tradução brasileira de José Teixeira Coelho: *História da loucura na idade clássica*. São Paulo : Ed. Perspectiva, 1978.

* “*Alemães mortos*” – referindo-se a Karl Marx, Émile Durkeim e Max Weber, autores relevante na teoria básica da sociologia.

“Os territórios arqueológicos podem atravessar textos ‘literários’ ou ‘filosóficos’, bem como textos científicos. O saber não está investido somente em demonstrações, pode estar também em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas [...]. A prática discursiva não coincide com a elaboração científica a que pode dar lugar; o saber que ela forma não é nem o esboço rigoroso nem o subproduto cotidiano de uma ciência constituída. As ciências – pouco importa no momento a diferença entre os discursos que têm uma presunção ou um estatuto de cientificidade e os que não apresentam realmente seus critérios formais – aparecem no elemento de uma formação discursiva e tendo o saber como fundo” (Foucault, 1969, p.222).

A arqueologia não descreveria disciplinas, tomando-se aqui “disciplina” como “conjunto de enunciado que empresta sua organização a modelos científicos que tendem à coerência e à demonstratividade e que são recebidos, institucionalizados, transmitidos e ensinados como ‘ciência’”. As disciplinas, segundo o autor, “podem servir de iscas para a descrição das positivities”.

Já no planejamento das primeiras etapas de um projeto bibliométrico baseado em análise de citações, na etapa de seleção do material para compor o universo de pesquisa, surgem os primeiros dilemas: a dificuldade de se delimitar um campo discursivo e a heterogeneidade dos discursos que compõem um campo de conhecimento quanto à sua natureza. Muitas vezes, torna-se difícil ou quase impossível a caracterização de trabalhos, diferenciando os textos eminentemente científicos dos denominados técnicos, dos documentos de divulgação, dos administrativos, dos textos literários e mesmo do saber oriundo do senso comum. Isso porque nem todos os domínios de uma disciplina são cobertos somente por discursos científicos.

A complexidade dessa classificação textual, segundo os critérios de cientificidade, poderia encontrar suas raízes mais profundas na própria dificuldade de se definir a ciência, fato que se reflete diretamente nos estudos bibliométricos, especialmente quando se

pretende analisar segmentos da literatura publicada, com vistas a utilizar seus resultados visando-se ao maior conhecimento de um campo.

Este é um dos pontos em que a arqueologia do saber pode dar importante contribuição à ciência da informação. Por se constituir em um método para a descrição de campos de conhecimento e por considerar o discurso não sob o ponto de vista estrito da epistemologia, que privilegia os requisitos de cientificidade, mas em nível mais amplo dos *saberes* que independem do rótulo de *ciência*, o referido princípio poderia suprir os estudos bibliométricos com fundamentos que comportassem recortes, abordagens e leituras mais sensíveis da realidade.

Outras categorias de interesses comuns

Ao tentar delimitar o âmbito de abrangência de uma positividade, ou seja, um campo discursivo, Foucault discute o que denomina de quatro hipóteses básicas, chegando à conclusão de que um campo discursivo não se caracteriza pelos *objetos* que estuda, pelas *modalidades de enunciação*, pelos *conceitos* ou pelas *temáticas* privilegiados, mas sim pela maneira pela qual se formam seus objetos.

A formação dos objetos de um campo discursivo estaria assegurada: a) pela demarcação das *superfícies primeiras de emergência*, na qual se encontra a possibilidade de limitar o domínio do campo discursivo, de definir aquilo de que se fala, de dar-lhe estatuto de objeto; b) pela descrição das *instâncias de delimitação*, ou seja, os campos institucionais e as várias disciplinas, para os quais o tema é objeto de estudo; c) pela análise das *grades de especificação*, conjuntos de relações passíveis de se estabelecerem entre instituições, processos econômicos e sociais: formas de comportamento, sistemas e normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização; d) pela *análise das relações entre esses vários planos* referidos (Machado, 1992 e Dias, 1989).

O contexto no qual se origina o conhecimento com todas as suas facetas e relacionamentos ajudaria a configurar os limites de um campo de conhecimento que muitas vezes extrapolam os recortes disciplinares convencionais.

Foucault afirma ser o discurso de uma área específica de conhecimento caracterizado menos por um espaço de regularidades do que por um espaço de *dispersão*: dispersão de objetos, dispersão de temáticas, teorias, dispersão quanto às superfícies das quais o discurso emerge e de suas instâncias de delimitação. O que atribuiria uma suposta unidade a um discurso, afirma o autor, não seria a existência de um objeto único, de um estilo único, de temáticas e teorias ou conceitos hegemônicos. O que caracterizaria a unidade do discurso seria um jogo enorme de relações entre objetos, estilos, temáticas, teorias e conceitos. Caberia à análise do discurso descrever essa *dispersão*, buscando o estabelecimento de regras capazes de reger a formação dos discursos (Brandão, p.28).

A literatura da Ciência da Informação nos reporta uma série de estudos bibliométricos nos quais a categoria de análise *dispersão* é privilegiada. Fazendo-se um paralelo entre a visão da categoria nos estudos arqueológicos e bibliométricos ressalta-se que, nesta instância, a dispersão vem frequentemente sendo considerada a partir de um ponto de vista teleológico; partindo-se de recortes, nos quais os limites são configurados pelos textos publicados em fontes “autorizadas” ou reconhecidas pela comunidade científica, condiciona-se *a priori* à obtenção de grupos seletivos destinados a uma aplicação prática.

A categoria *dispersão*, no âmbito da ciência da informação, vincular-se-ia à constatação de núcleos, de seleções, resultando em produtos, tais como os formados de autores considerados mais produtivos, ou os que se constituem de listas básicas de periódicos, as “*core lists*”. A *dispersão* é normalmente analisada a partir de um universo composto, segundo um princípio de seleção e os resultados nem sempre são complementados pelos elementos excluídos dessas seleções, fato que pode redundar em conclusões incompletas ou mesmo equivocadas.

Em Foucault, a *dispersão* tende a sugerir que não se deve pautar um estudo arqueológico justificado por opções somente calcadas em princípios de seleção para que não se construam grupos a partir somente de privilégios (autores mais produtivos, periódicos mais citados etc.), descartando-se os elementos não privilegiados. Haveria de se considerar também nas análises e discussões os segmentos excluídos das seleções.

Dentre os pontos comuns tratados por ambas as disciplinas tendo como instrumental as análises discursivas, cumpre ainda ressaltar o fenômeno das relações interdiscursivas que, na ciência da informação, costumam ser analisadas a partir das citações.

A ocorrência de relações entre diversos autores e trabalhos formaria aquilo que Foucault (1969) e Price (1966) caracterizaram em seus trabalhos por uma *rede* tecida por possíveis relações interdiscursivas, em um dado recorte de conhecimento. Mais adiante, neste trabalho, serão feitas algumas reflexões sobre o fenômeno.

Ao se fazer um paralelo entre as abordagens da bibliometria e da arqueologia do saber, não se pode relegar o fato de que existem flagrantes diferenças entre elas, embora estejam sendo ressaltadas possíveis semelhanças e pontos de complementaridade: de um lado a bibliometria, instrumental empírico objetivo e quantitativo e, de outro lado, a arqueologia, calcada em discussões fundamentadas em análises de discursos acrescidas de análises de práticas não discursivas e que se apresentam especialmente como um rompimento com as *regularidades* tradicionais da ciência da informação, por meio das quais um campo de saber é estudado, tais como o livro como fonte de conhecimento e o privilegiamento do papel dos autores (sujeitos) como produtores do saber, temas contra os quais se debateu Foucault, em vários momentos de sua polêmica obra.

As categorias: livro e autor

A bibliometria considera como categorias livres de questionamento os *autores* e fontes “*autorizadas*” como livros e periódicos. Por outro lado, Foucault propõe que se questionem algumas formas prévias de continuidade que caracterizam uma unidade discursiva e que são aceitas, sem qualquer problematização, não se tratando de recusá-las definitivamente, mas de sacudir a quietude com a qual as aceitamos.

Ao colocar em suspenso a aceitação dessas referidas unidades, Foucault levanta questões que podem ser consideradas bastante pertinentes à problemática das análises bibliométricas, contribuindo estas para o enriquecimento das reflexões propostas nas linhas de pesquisa da ciência da informação e abrindo espaço para uma maior compreensão do comportamento do discurso formador de um campo discursivo do saber.

Ao entender a unidade *livro**, como um feixe de relações que “só se constrói a partir de um campo complexo de discursos”, Foucault chama a atenção para a importância dos relacionamentos de um trabalho com outros, levantando questões para a problematização das análises de um campo discursivo, e que poderiam ser respondidas com os resultados da análises de citações:

“[...]todo o discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito [...] As margens de um livro, jamais são nítidas ou rigorosamente cortadas: além do título, as primeiras linhas e o ponto final, além de sua configuração interna e a forma que o autonomiza está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede...” (Foucault, 1969, p.34 e 36).

Nesse sentido, mereceriam outro nível de análise os resultados de estudos bibliométricos, como os *rankings* de autores, periódicos, e outros nos quais normalmente os dados desempenham o papel de “senhores absolutos”, estando ausentes as discussões e interpretações pertinentes.

Quanto à categoria “*autor*” normalmente ressaltada em estudos bibliométricos e presente nos questionamentos de Foucault, retoma-se em caráter introdutório à problemática relacionada à relativização do seu papel como produtor de conhecimentos, no universo discursivo.

Segundo Chartier, Foucault teria esboçado “uma descoberta histórica sobre a emergência e as variações desse regime particular de citações de textos, que os identifica a partir de sua relação a um nome próprio cujo funcionamento é inteiramente específico: o nome do autor”.

Entretanto, em decorrência dos argumentos de Foucault em seu famoso ensaio em que discute a questão do autor*, Roger Chartier adverte:

“O pensamento de Foucault, portanto, não deve ser reduzido a fórmulas muito simples, decorrentes de leituras apressadas. Ele não postula nenhum elo exclusivo e determinante entre a propriedade literária e a função do autor, entre o ‘sistema de propriedade que caracteriza nossa sociedade’ e um regime de citação de textos, apoiado sobre a categoria assunto. Deslocando **para cima a figura do autor**** e articulando-a com os dispositivos que visam controlar a circulação dos textos ou dar-lhes autoridade, seu ensaio convida a uma investigação retrospectiva, na qual a história das condições de produção, de disseminação e de apropriação dos textos tem uma pertinência particular” (1994, p.38).

No último capítulo da *Arqueologia do Saber*, ao responder ao suposto interlocutor, com quem o autor dialoga sobre sua preocupação em se desvincular da corrente estruturalista, assim como sobre as referências à forma de enfocar o sujeito, Foucault responde que o ponto de vista do sujeito foi “suspenso”, assim se referindo à temática:

* Foucault, Michel. Qu'est ce qu'un auteur. *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, LXIV, jul.- sept., 1969. p.73-104 – Texto republicado, em inglês, em 1977 e 1979, em publicações editadas pela Cornell University Press.

** Grifo da autora.

* Nesse contexto, onde se lê *livro*, deve-se ler, também, *artigo de periódico* (um texto).

“[...] em suma, não quis excluir o problema do sujeito, quis definir as posições, as funções que o sujeito podia ocupar, na diversidade dos discursos” (1969, p.243).

Estas explicações não inviabilizam, portanto, as questões de autoria como categorias usuais da ciência da informação – tais como *autores, produtividade de autores, autores mais citados* –, considerando-se *autoria* como uma função classificadora, usualmente presente nos estudos sobre os discursos provenientes de pesquisas acadêmicas.

O contraponto aqui sugerido caracterizar-se-ia pela adoção de categorias que contemplassem a contextualização do processo de produção de discursos, permitindo de alguma forma a identificação de um possível processo de preenchimento de lacunas nos resultados dos referidos estudos, como por exemplo, incluindo-se a apresentação de possíveis autores não-citados, omitidos ou ocultados, seja pela política editorial do periódico, por fatores políticos ou outros.

Nesse mesmo sentido, princípios da *Arqueologia do Saber* e a abertura que esta enseja para o estudo das condições de produção dos discursos formadores de um campo discursivo poderiam se constituir em ângulo de visão complementar à bibliometria, estabelecendo-se a relação fundamental do dado com o seu respectivo contexto.

Polifonia, intertextualidade, pragmática e citações no contexto da análise das formações discursivas

As análises de discursos, que segundo as teorias foucaultianas, privilegiam os princípios da intertextualidade e da polifonia, dependentes de componentes pragmáticos ocorridos no processo de enunciação, poderiam ter como base empírica estudos bibliométricos.

Para efeito desse estudo, consideram-se, portanto, relacionados os conceitos de *intertextualidade, polifonia, pragmática e citações*, formando parte dos substratos teórico e empírico que fundamentam estas reflexões. Tais fenômenos se encontram presentes, quando se analisa a origem dos saberes que se formam como resultado do entrela-

çamento de pensamentos que conseguem se sobressair, transformando-se em componentes integrantes de uma materialidade disciplinar.

O pressuposto defendido por Bakhtin segundo o qual cada texto (ou enunciado) teria um único autor – ou um grupo determinado de autores, no caso de trabalhos em colaboração, está sendo questionado por vários autores, dentre os quais destacam-se Ducrot e Duchet, originando a teoria polifônica do discurso.

A polifonia no discurso parte do princípio de que não há textos puros e de que todo texto se relaciona com textos anteriores, seja em conformidade ou oposição. Ao seguir os padrões discursivos de se reportar a textos anteriormente escritos, o autor age em consonância com a comunidade científica, fazendo referências explícitas a outros textos. Essa relação é caracterizada pelo hábito de citação que Coracini (1991) considera uma manifestação da heterogeneidade mostrada, em nível explícito, não somente constituindo-se em um mecanismo de adesão a padrões discursivos vigentes em uma comunidade científica, mas também como artifício e estratégia de persuasão.

Segundo Coracini (1991):

“[...] um texto qualquer resulta do entrecruzamento de uma série de outros textos, de outros autores, outros indivíduos, diferentes grupos ideológicos, enfim de diferentes discursos” (p.148).

Partindo das considerações de que o ato de ler é um “ato de produzir textos”, outros textos se acrescentariam ao texto lido, originando intertextos*.

Daí a conclusão de que a intertextualidade e a polifonia se constituem em características essenciais não restritas ao conhecimento científico, mas também passíveis de serem reconhecidas em outros tipos de saberes humanos, e de que as citações se constituiriam em reflexos dessa prática.

As citações são consideradas, por Coracini (1991), como elementos textuais diferentemente dos *paratextos*, e definidas como uma margem textual que envolve o texto propriamente dito, constituindo-se em instrumentos de adaptação do texto ao seu público.

Segundo Gilda Braga, o ato de citar se concretiza pelo: “conjunto de uma ou mais referências bibliográficas que, incluídas em um documento, evidenciam relações entre partes do documento citado e partes do texto do documento que as inclui” (Braga, 1977).

Por meio de citações, um autor identifica as relações semânticas entre seu artigo e os documentos citados, considerando-se que os novos artigos que citam os mesmos documentos publicados anteriormente têm em geral relações semânticas entre si.

Pode-se dizer que a citação e a referência a outros textos seriam relevantes atos do processo de produção científica, em obediência à prática que tende a vincular o conhecimento produzido aos conceitos ou paradigmas vigentes, em uma área específica de conhecimento, atribuindo-lhe chancela de autenticidade pela obediência aos imperativos institucionais desse campo científico ou do saber. A observância aos paradigmas vigentes inclui-se dentre os referidos imperativos, conforme explicita a teoria trabalhada por Thomas Kuhn.

A citação seria, pois, um dos mecanismos de que dispõe o autor para se reportar aos fundamentos teórico-metodológicos vigentes em sua área de pesquisa, fato que também ratificaria suas interfaces com os jogos de poder e a *pragmática*, presentes no processo de construção da ciência, este calcado em bases eminentemente sociais.

Permeia o ato de citar todo um espectro de implicações psicológicas, sociológicas, políticas e históricas, assim como influências de outras naturezas, tais como o narcisismo (autocitações), influências entre autores e instituições, adesão a paradigmas vigentes. Nas práticas discursivas, o hábito de citar ou fazer referência a um trabalho anteriormente escrito pode ser considerado parte constitutiva do processo de enunciação ocorrida em campos específicos dos saberes.

* Termo usado por Roland Barthes, em 1972, segundo Coracini, p.148.

Na tentativa de visualização sucinta de aspectos variados da prática da citação, foram destacados alguns marcos e instâncias, a seguir relacionados, que corroboram a constatação de que as citações são uma prova empírica de relações entre os conhecimentos que formam os campos do saber.

As exegeses, comentários e referências se constituíram no Medievo e na Renascença em parte substancial do processo de produção da ciência e dos saberes, estendendo-se pelo Período Moderno, quando a derivação a conhecimentos anteriores foi institucionalizada não somente pelo hábito de citar, mas também em decorrência do próprio imperativo que preconiza a necessidade de se reportar a trabalhos anteriores como suporte de uma pesquisa.

Dos primórdios do período de florescimento da ciência moderna toma-se a afirmação “estamos sobre ombros de gigantes”, atribuída à Isaac Newton*, querendo significar o fato de estar o conhecimento de então baseado em conhecimentos anteriores. Essa afirmação citada por Merton (*apud* Smith, 1981) foi retomada, por Bernal, centenas de anos mais tarde.

Consultada a literatura sobre citações em textos literários, encontrou-se que a citação é um extrato em empréstimo, a frase, a passagem, o texto emprestado a um autor que o reproduz textualmente para ilustrar e apoiar o que quer dizer.

Falando-se da aplicação da análise de citações no campo das ciências, cita-se, entre os inumeráveis trabalhos existentes, um estudo que prevê como resultado um tipo de “mapa cognitivo”, que, no entender de Paulston (1993), traçaria estruturas e caminhos de ver os fenômenos sociais e educacionais embutidos nos textos e práticas; permitiriam um mapeamento multidimensional de textos, e, embora não se adentrassem em seus conteúdos, gerariam padrões de relações entre temáticas, autores e trabalhos.

* O livro de Robert K. Merton, *On the shoulders of giant; a shandean postscript*. New York: Free Press, 1965 - atribui a Newton a frase: “If I have seen farther, it is by standing on the shoulders of giants”.

Paulston (1993) apresenta sua experiência de mapeamento da literatura da área da Educação Comparada, mediante o uso da teoria de mapas cognitivos que podem traçar estruturas e caminhos nos quais os fenômenos sociais e educacionais se refletem; os textos se interagiriam continuamente em um campo aberto por eles próprios produzidos e podendo ser identificados e mapeados. Segundo o autor, as análises de citações ensejariam a construção de mapas cognitivos, permitindo um mapeamento multidimensional de trabalhos.

Das relações discursivas que podem ser evidenciadas pela análise das citações, emergem, numa decorrência natural, as interferências das práticas e jogos de poder às quais se integra o campo da denominada *Pragmática*.

As relações discursivas, assegura Foucault, caracterizariam não a língua que utiliza o discurso, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto *prática*. A tarefa do pesquisador de uma área específica como campo de conhecimento consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (os elementos significantes que remetem a conteúdos ou representações), mas como *práticas* que formam sistematicamente os objetos de que falam.

Considerando os discursos, como prática, Foucault adota os princípios da pragmática semântica, campo em que são situadas as pesquisas de Oswald Ducrot e que caracteriza “aquilo que é feito pela fala”, do que a fala faz, aquilo que condiciona a ação humana, uma ação realizada pela linguagem.

Segundo Ducrot, um enunciado “é o produto da atividade do sujeito falante, quer dizer, um segmento do discurso”; um enunciado possui uma força ilocutória que atribui à enunciação um poder jurídico: o poder de obrigar a agir, no caso de uma promessa; de uma ordem, o de obrigar a falar, no caso da pergunta; o de tornar lícito o que não o era, o caso da permissão. Os efeitos da enunciação têm em si o poder de incitação do agir (Ducrot, 1987, p. 168):

“... Interpretar uma produção lingüística consiste entre outras coisas, em reconhecer nela atos, e que este reconhecimento se faz atribuindo ao enunciado um sentido, que é o conjunto de indicações sobre o enunciado” [...] “o sentido é uma qualificação da enunciação e consiste notadamente em atribuir à enunciação certos poderes ou certas conseqüências” (Ducrot, 1987, p. 168-9, 173).

Ducrot retoma também a teoria polifônica do discurso, afirmando, em contraposição à teoria da unicidade do sujeito falante, que várias vozes falam simultaneamente em um texto.

Ainda relacionada à pragmática, pode-se evocar a imagem do teatro, dos papéis, destacando-se o autor, os personagens que ele cria e os atores, ou seja, os locutores. Como o enunciador não é responsável pelo material lingüístico utilizado, que é atribuído ao locutor, do mesmo modo não se vê atribuída à personagem de teatro a materialidade do texto, escrito pelo autor e lido pelos atores (Ducrot, 1987, p.192). Essa teoria dos papéis é evocada por Michel Foucault, em seus argumentos para a caracterização dos discursos de um campo específico do saber.

O conceito de papéis, que pressupõe o empréstimo de idéias, em um texto, bem como o poder dos discursos como práticas, respalda Foucault em seus conceitos de anonimato, das relações presentes no discurso, do poder conferido por essas relações (sistema de exclusão), da dificuldade de se atribuir autoria aos textos, de concordância, enfim, com um dos sentidos do processo de enunciação, também presente no pensamento de Ducrot, ou seja, o fato de a enunciação ser “uma atividade psicofisiológica implicada pela produção do enunciado, acrescentando-lhe eventualmente o jogo de influências sociais que a condiciona” (Ducrot, 1987, p 168).

No que se refere, ainda, a existência de regras que determinam a ordem do discurso, muitos outros autores, além de Foucault, debruçaram-se sobre a mesma temática.

Dreyfus e Rabinow (1984) estudaram, em profundidade, as obras do período arqueológico de Foucault e identificaram similaridade entre o pensamento deste e os trabalhos de Wittgenstein e Thomas Kuhn, embora não tenham encontrado referência explícita destes, na *Arqueologia do Saber*. O ponto comum entre esses autores e Foucault seria a presença de padrões de descontinuidades na produção de conhecimento de uma área do saber: as revoluções e rupturas epistemológicas.

Segundo os referidos autores, “as regras derivam dos paradigmas, mas os paradigmas podem guiar a pesquisa mesmo na ausência de regras” (Kuhn). Já para Foucault, uma “disciplina seria um princípio de controle da produção do discurso; ela fixa seus limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma ritualização permanente de regras” (Dreyfus *et al.*, 1984, p. 93).

Pierre Bourdieu também aponta para esse fenômeno afirmando que, para que o indivíduo se insira no contexto da ciência, ou como afirma, no “*campo científico*”, ele deve obedecer aos imperativos desse campo, sendo-lhe reconhecido um papel ou posição que lhe permita falar autorizadamente sobre determinado objeto ou tipo de realidade (Bourdieu 1983, p.122). Dentre esses imperativos, Merton (1974) destaca as citações como elemento relevante.

Procurando testar a característica da descontinuidade do discurso e, partindo de considerações sobre a impossibilidade de a linguagem científica ser impessoal e neutra, devido ao peso dos recursos subjetivos e argumentativos nela presentes, Coracini (1991) afirma, com base em suas pesquisas, utilizando-se de textos franceses e brasileiros na área das ciências biológicas, que, a despeito das aparências, o discurso científico é veiculado por uma linguagem altamente subjetiva, constituída de um fazer verdadeiramente persuasivo, também comprometido com intenções de dominação, por parte de seus enunciadores. A suposta opacidade do discurso nada mais seria que uma série de estratagemas para fazer crer que o discurso demonstrativo é neutro e objetivo (Perret, H. *apud* Coracini, 1991).

Além de ser argumentativo e de apresentar indícios de elementos de persuasão e intuição, o discurso científico serve-se de uma série de convenções partilhadas pela comunidade, ao mesmo tempo produtora e consumidora.

Aceitando-se a intersubjetividade como componente da atividade da produção e interpretação do discurso, aceitar-se-ia a existência de relações e contratos sociais na própria linguagem, concluindo-se que nenhum texto seria obra de um único indivíduo, mas do entrelaçamento de experiências e ideologias que pressupõem a presença ativa e efetiva do outro.

A intertextualidade é destacada pela autora como uma das normas impostas pela comunidade científica e, entre os elementos que a caracterizam, encontram-se as *citações* e referências. Segundo Coracini, os dados bibliográficos, presentes no discurso científico, teriam como finalidade básica: “*apoiar os próprios argumentos para [...] dar respaldo, no sentido de dividir as responsabilidades quanto à metodologia*” (1991, p. 63).

Nesse sentido, as citações bibliográficas seriam utilizadas para indicar as leituras necessárias à compreensão do próprio artigo ou como forma econômica de remeter o leitor a outras pesquisas, evitando explicações demoradas sobre métodos, técnicas e teorias (p.64).

As citações e referências a outras pesquisas funcionariam também como argumentos a favor da pesquisa em questão (p.126). Os estudos de MacRoberts (1989) levantam a suposição de que as citações negativas sejam pouco utilizadas, nos trabalhos científicos.

Ao questionar a objetividade científica, posicionando-se a favor da visão argumentativa do discurso científico, Maria José Coracini assume um esquema teórico de estrutura de texto científico, em que as características envolventes do discurso são destacadas, enumerando a autora pistas de natureza pragmática do discurso, dentre as quais inclui as citações e referências, entre os meios utilizados para persuadir o leitor:

“Convém notar, como as citações e referências a outras pesquisas funcionam, nos exemplos apresentados, como argumento a favor da pesquisa em questão” (Coracini, 1991, p. 126).

Olhando-se a partir de variados ângulos, encontra-se, no pensamento de Foucault, um destaque privilegiado para as relações entre discursos, comportamento que também se constitui em objeto de estudo da ciência da informação, através das citações.

Em um trabalho em cujo método fossem privilegiadas ambas as disciplinas, tal como proposto neste trabalho, seria objetivo que fossem ressaltados não apenas os elementos (pessoas, artigos etc.) componentes dessa rede de relações, mas também aqueles elementos considerados ausentes, muitos dos quais podem ter sido excluídos de alguma forma dessa rede. Uma análise de tal natureza poderia levar a resultados esclarecedores sobre os campos do saber, evidenciando trajetórias históricas, estruturas, assim como tendências e prognósticos.

CONCLUSÕES

A tentativa de sistematizar coincidências, contrapontos e divergências entre princípios e fundamentos da Bibliometria e da Arqueologia do Saber fez emergir um amplo potencial reflexivo, a partir do qual poder-se-ia elaborar construtos teóricos condizentes à complexidade dos objetos da pesquisa na Ciência da Informação, destacando-se a vertente que privilegia os estudos dos campos do saber, sejam estes formados por discursos científicos ou não-científicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRAGA, Gilda Maria. Semantic theories of information. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.69-73, 1977.
2. ___. Relações bibliométricas entre a frente de pesquisa (*research front*) e revisões de literatura: estudo aplicado à Ciência da Informação. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.9-26, 1973.
3. BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 3ed. Campinas : Editora da Unicamp, 1994. p.28.
4. BUSCHMAN, John; MICHAEL, Carbone. A critical inquiry into librarianship: applications of the New Sociology of Education. *The Library Quarterly*, v.61, n.1, jan., 1991. p.15-45.
5. CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros; leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução de Mary del Priore. Brasília : Editora da UnB, 1994. 111p.
6. CORACINI, Maria José. *Um fazer persuasivo; o discurso subjetivo da ciência*. S. Paulo : EDUC; Campinas : Pontes, 1991. 216p.
7. DIAS, Maria Vitória. *História e Discurso; A Arqueologia de Michel Foucault*. Belo Horizonte : Faculdade de Filosofia da UFMG, 1989. 180p. [Dissertação de Mestrado]
8. DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Vers une théorie de la pratique discursive.. In: *Michel Foucault; un parcours philosophique; au-delà de l' objectivité et de la subjectivité*. Traduit d'anglais par Fabienne Durante-Bogaert. Paris : Gallimard, 1984. Chapitre III
9. DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*; revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas : Pontes, 1987.
10. FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, revisão de Ligia Vassalo. Petrópolis: Vozes, Lisboa : Centro do Livro Brasileiro, 1972. 260p. [Edição Original publicada em 1969].
11. KESSLER, M.M. Bibliographic coupling between scientific papers. *American Documentation*, Jan. 1963.
12. LAWANI, S.M. Bibliometrics; its theoretical foundation, methods and applications. *Libri*, v.31, n.4, 1981. p.294-315.
13. MACHADO, Roberto. *Ciência: a trajetória de Michel Foucault*. Rio : Graal, 1992. p.84.
14. MERTON. Os Imperativos institucionais da Ciência. In: DEUS, Jorge Dias de. *A crítica da ciência*; sociologia e ideologia da ciência. Rio : Zahar, 1974.
15. Mc ROBERTS, Michael H.; MacRoberts, Barbara. Problems of citation analysis: a critical review. *Journal of American Society for Information Science*, v.40, n.5, p.342-9, 1989.
16. PAULSTON, Rolland. Mapping Ways of seeing in Educational Studies. *La Educación*; Revista Interamericana de Desarrollo Educativo, v.37, n.114, 1993. p.1-18.
17. PIERCE, Sydney J. Dead Germans and the theory of librarianship. *American Libraries*, v.23, n.8, sept. 1992. p.641-643.
18. PRICE, Derek de Solla. Networks of Scientific papers. *Science*, v.149, jul., 1966.
19. RADFORD, Gary P. Positivism, Foucault, and the fantasia of the library: conceptions of knowledge and the modern library experience. *Library Quarterly*, v.62, n.4, 1992 p.408-424
20. SENGUPTA, I.N. Bibliometrics, informetrics, scientometrics and librametrics: an overview. *Libri*, v.42, n. 2, p.75-98, 1992.
21. SMITH, Linda C. Citation analysis. *Library Trends*, v.30, n.1, 1981. p.83-106.

Bibliometry and archivology of knowledge by Michel Foucault – traits of theoretical-methodological identity

Abstract

This article has the aim of discussing relations among Knowledge Archaeology from Michel Foucault and Bibliometry. Common analysis categories of both areas are proposed.

Common interest themes: interdisciplinarity, citations, pragmatics and discourses categorization are worked. Possibilities of suppression of theoretic-epistemological limits of Bibliometry are presented like the problem of difficulties of weighting the level of scientificity in the process of sorting discourses to support bibliometric studies, as well as the agregation of categories that can overwhelm the trend of the reification process present in the Information Science research.

Keywords

Bibliometry; Knowledge archaeology; Citation; Discourse analysis; Intertextuality; Information science; Michel Foucault; Epistemology.

Lídia Alvarenga

Professora doutora da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais

e-mail: lydia@eb.ufmg.br
